

PARECER Nº 1304/2002 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 247/2002

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa do nobre Vereador Prof. Eliseu Gabriel, que visa tornar obrigatório o uso de colete anti-balístico pelos prestadores de serviços em empresas de segurança sediadas no Município de São Paulo, e dá outras providências.

O projeto tem por objetivo a fixação de normas relativas à proteção do trabalho e à saúde daqueles que trabalham em empresas de segurança.

Sem embargo dos meritórios propósitos de seu autor, o projeto não pode prosperar, pois invade competência legislativa privativa da União e incorre em ilegalidades.

Com efeito, a Constituição Federal, em seu art. 22, inciso I, dispõe competir privativamente à União legislar, entre outras matérias, sobre direito do trabalho.

Nesse diapasão, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, em seu título II, "Das Normas Gerais de Tutela do Trabalho", possui capítulo específico sobre "Segurança e Medicina do Trabalho" (Capítulo V, art. 154 a 223, com a redação conferida pela Lei Federal nº 6.514/77).

Tal capítulo, em seu artigo 200 prescreve que cabe ao Ministério do Trabalho estabelecer normas complementares às normas de que trata este Capítulo, tendo em vista as peculiaridades de cada atividade ou setor de trabalho, competência essa que se acha exercida pela Portaria 3214, de 08/06/78, da Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho, órgão do Ministério do Trabalho, que estabeleceu através da citada portaria, "Norma Regulamentadora NR6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI."

Assim, como se pode notar, a matéria versada na propositura extrapola o predominante interesse local.

Deve-se acrescentar ainda, que a fiscalização das relações de trabalho incumbe aos fiscais do trabalho, funcionários federais, lotados nas Delegacias Regionais do Trabalho - DRT.

Vale dizer: a fiscalização das relações de trabalho não pertine ao poder de polícia administrativo municipal. Dessa forma, ainda que se imaginasse possível a edição da norma objeto do presente projeto, com fundamento no artigo 213, inciso I, da Lei Orgânica do Município, sua observância não poderia ser feita pelo Poder Público Municipal, já que tal competência, como ficou demonstrado, não cabe aos agentes municipais, mas a servidores federais.

Referido artigo 213 da Lei Orgânica deve ser interpretado levando-se em conta o disposto no art. 22, inciso I, da CF/88, o art. 154 da CLT e a questão do interesse local, sob pena de termos invasão de competências legislativas.

Sob o prisma acima exposto, o projeto invade competência legislativa privativa da União, incorrendo no vício maior de inconstitucionalidade.

Por fim, de outro lado, o projeto não prevê a aplicação de multa pelo descumprimento da obrigação, deixando ao alvedrio do Executivo a fixação da mesma, por meio de decreto. Tal delegação não é possível, constituindo ilegalidade, pois as sanções pelo descumprimento de lei devem estar previstas na própria lei, uma vez que ninguém pode ser compelido a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei (CF/88, artigo 5º, inciso II), e lei aqui entendida em sentido formal e material.

Ante todo o exposto somos,

PELA INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, 11/09/02.

Antonio Carlos Rodrigues - Presidente

Celso Jatene - Relator

Alcides Amazonas

Arselino Tatto

Laurindo